

PROMÉDICA - PROTEÇÃO MÉDICA A EMPRESAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em reais, excluídos os centavos)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Promédica - Proteção Médica a Empresas foi constituída em 4 de fevereiro de 1969 como sociedade civil, por cotas de responsabilidade limitada. Em 21 de setembro de 2007, através de Assembleia Geral Extraordinária, a Proteção Médica a Empresas transformou-se em sociedade anônima com a denominação de Promédica – Proteção Médica a Empresas S.A.

Constitui objeto da Companhia a operação de planos privados de assistência à saúde, através de meios de execução próprios ou credenciados, e a prestação de serviços hospitalares, médicos, fisioterápicos e laboratoriais, podendo, ainda, participar de outras sociedades e empresas, subscrevendo ações ou cotas.

É uma companhia de medicina de grupo, operadora de plano de saúde enquadrada no segmento primário principal, que atua segundo a regulamentação estabelecida pela lei nº 9.656/98 e legislação complementar.

Atualmente a Promédica opera preponderantemente com clientes pessoas jurídicas e pessoas físicas através de planos de saúde empresariais e individuais.

A Sociedade é filiada à ABRAMGE – Associação Brasileira de Medicina de Grupo e dessa forma possibilita a seus beneficiários o atendimento em todo o território nacional para os casos de urgência e emergência.

A Promédica - Proteção Médica a Empresas S/A, vem adotando medidas para ampliar a sua estrutura de serviços próprios e, numa visão de longo prazo, investindo em programas de prevenção de doenças e promoção de saúde, devidamente aprovados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. Como resultado desses investimentos espera-se a redução dos índices de sinistralidade a curto, médio e longo prazos.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. - Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, alterada pelas Leis n.º 11.638/07 e 11.941/09, nas normas estabelecidas pela ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar, nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A demonstração do fluxo de caixa foi elaborada pelo método direto, de acordo com modelo padrão estabelecido pela ANS.

2.2. - Descrição das principais práticas contábeis adotadas pela Companhia

a) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Por conseguinte, os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. Determinadas mensurações necessitam do julgamento da Administração no processo de registro de estimativas contábeis. Entre os ativos e passivos significativos que estão sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as contas a receber, os tributos a recuperar, o valor recuperável do ativo imobilizado, provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis e provisões técnicas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

A Companhia revisa as estimativas e premissas, pelo menos, anualmente.

b) Apuração do resultado

O resultado do exercício (receitas, custos e despesas), apurado pelo regime de competência, inclui o efeito líquido dos rendimentos, encargos e variações monetárias, a índices contratuais ou legais, incidentes sobre ativos e passivos, bem como, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para valores de realização. Apuração do resultado:

- 1) **Receita:** O resultado das transações é apurado pelo regime de competência dos exercícios. As contraprestações efetivas são apropriadas à receita considerando-se o período de cobertura do risco, pró-rata-dia, nos contratos com preços pré-estabelecidos.
- 2) **Custo:** Os eventos conhecidos ou avisados são apropriados à despesa, considerando-se a data de apresentação da conta médica, do aviso pelos prestadores ou do aviso de beneficiários Identificados - ABI, pelo seu valor integral, no primeiro momento da identificação da ocorrência da despesa médica, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas. O fato gerador da despesa é o atendimento ao beneficiário.

Naqueles casos em que esse atendimento ocorrer sem o conhecimento da entidade, o reconhecimento da despesa se dá com a constituição da provisão técnica específica (PEONA), nos moldes da regulação em vigor.

c) Disponível

Incluem saldos de caixa e saldos positivos em conta bancária de livre movimento.

d) Aplicações financeiras

As aplicações financeiras para negociação são avaliadas a valor de mercado, e os rendimentos auferidos são reconhecidos no resultado. A Companhia constituiu ativos garantidores com aplicações financeiras vinculadas a provisões técnicas, cuja movimentação segue regras estabelecidas pela ANS.

e) Contraprestações pecuniárias a receber

São registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, em contrapartida à: Contraprestações efetivas de operações de planos de assistência à saúde conforme a proporção pro rata dia da cobertura prestada. A provisão para perdas sobre créditos de contraprestação efetiva é constituída sobre valores a receber de beneficiários com títulos vencidos há mais de 90 dias, para planos coletivos, e há mais de 60 dias, para planos individuais. A administração da Companhia revisa periodicamente o critério de constituição para adequá-la à evolução da inadimplência de sua carteira. Os valores eventualmente recebidos antes do período de cobertura estão registrados no passivo circulante, em conta específica de Receita Antecipada de Contraprestações.

f) Créditos tributários e previdenciários

Decorrente de crédito de permuta comercial com contratante de plano de saúde, valores a receber de prestadores de serviço decorrentes de pagamentos indevidos e decorrentes de cobrança de adicional de sinistralidade.

g) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido quando a empresa possui uma obrigação legal ou é constituído como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

h) Imobilizado

O imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, levando-se em consideração a vida útil estimada dos bens, de acordo com as seguintes taxas:

	Taxa Anual
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%
Instalações	10%
Máquinas e equipamentos	10%
Móveis e utensílios	10%
Veículos	20%
Equipamentos de informática	20%

i) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Intangíveis gerados internamente são reconhecidos no resultado do período

j) Provisões técnicas

Provisão para eventos ocorridos e não avisados - PEONA

A provisão para eventos ocorridos e não avisados é calculada com base em metodologia atuarial própria, aprovada pela ANS. Constituída para fazer face ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido registrados contabilmente pela OPS.

Provisão de eventos a liquidar - PESL

Constituído a partir do faturamento dos serviços prestados pela rede credenciada, em respeito ao regime de competência.

Provisão para remissão

A Provisão para remissão é constituída integralmente, por metodologia atuarial estabelecida pela RN ANS nº 393/2015, no mês de competência do fato gerador do benefício previsto contratualmente, devendo ser suficiente para refletir a despesa assistencial esperada dos beneficiários durante todo o prazo restante do benefício.

Provisão para prêmios / contraprestações não ganhas

O cálculo da PPCNG apura a parcela de prêmios/contraprestações não ganhas, relativa ao período de cobertura mensal do risco, sendo formada pelo valor resultante da fórmula abaixo, nos contratos em pré-pagamento, por meio de cálculos individuais dos contratos vigentes na data base de sua constituição:

$$\begin{aligned} \text{PPCNG} &= \text{Prêmio} \\ & / \text{Contraprestação mensal} \times \frac{\text{Período de risco a decorrer}}{\text{Período total de cobertura do risco}} \end{aligned}$$

k) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros – impairment

É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor contabilizado de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupo. Perdas por *impairment* quando aplicável são reconhecidas no resultado do exercício.

A partir de 2008, os valores dos ativos não financeiros são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não foram identificados ativos registrados com indicação de perda por *impairment*.

1) Passivos contingentes

São provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados nem divulgados. Segundo informações dos assessores jurídicos, o total de perdas classificadas como possíveis atinge o valor aproximado de R\$1.500.000,00

3. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Tipo de aplicação	Remuneração	2021	2020
Aplicações vinculadas às provisões técnicas			
Banco Bradesco/Selic/Setip	Diversas	12.083.248	11.625.985
Banco Bradesco S.A.	100% CDI	28.816	27.844
		12.112.064	11.653.829
Aplicações não vinculadas			
Banco Daycoval S.A. (CDB)	100% do CDI	2.050.823	4.201.459
Banco Bradesco	100% do CDI	1.831	415.165
Banco Bradesco – Capitalização		191.603	175.859
Banco do Brasil S/A		27.528	30.938
Banco Safra S/A		-	19.190
Banco ABC - Brasil S/A	100% CDI	18.758.208	25.410.477
Banco Santander S/A	95% CDI	29.765	3.001.852
Banco Caixa Econômica Federal	95% CDI	377.104	820.501
Porto Seguro Capitalizações S/A		37.280	37.279
Banco Sofisa		76.577	-
		21.550.719	34.112.720
		33.662.783	45.766.549

4. CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Créditos com operações com plano de assistência à saúde	2021	2020
Planos coletivos	16.336.661	11.584.137
Planos individuais – Blue Card	110.579	2.260.420
Provisão para devedores duvidosos	(1.996.362)	(1.996.363)
	14.450.878	11.848.194

5. CRÉDITOS DE OPERAÇÕES ASSISTENCIAIS À SAÚDE NÃO RELACIONADAS COM PLANOS DE SAÚDE

Contas a receber de outros serviços	2021	2020
Serviços médicos eventuais – SME	482.546	1.477.786
Serviços de terceirização de mão de obra	109.630	192.695
Cartões de crédito	142.917	129.303
Serviços laboratório – Datalab	38.619	156.250
Cientes TRT	(14)	(14)
Provisão para devedores duvidosos	(9.574)	(9.574)
	764.124	1.946.446

6. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

O valor dos tributos a recuperar está composto da seguinte forma:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Circulante		
ISS	8.549.085	8.530.553
Imposto de renda	2.310.510	631.088
INSS	703.062	1.150.345
Contribuição social	505.258	-
IR e CSLL diferida	2.880.549	-
PIS e COFINS	69.149	64.194
	<u>15.017.613</u>	<u>10.376.180</u>
Não circulante		
PIS	10.570.433	9.667.370
	<u>10.570.433</u>	<u>9.667.370</u>

ISS a recuperar

Referem-se às retenções nas notas fiscais emitidas para os clientes – Órgãos Públicos e privados e aquisição de créditos de ISS de terceiros.

Imposto de renda e contribuição social

Referem-se, basicamente, às retenções nas notas fiscais emitidas para os clientes – Órgãos Públicos e Privados e sobre os rendimentos de aplicações financeiras.

INSS a recuperar

A Companhia entrou com mandado de segurança objetivando a suspensão da exigibilidade de crédito tributário referente à contribuição previdenciária incidente sobre os valores pagos aos seus empregados relativos aos primeiros quinze dias de afastamento anteriores ao auxílio-doença ou auxílio-acidente, a título de salário-maternidade, férias e respectivo adicional (terço constitucional).

Imposto de renda e contribuição social

A Companhia registrou tributos diferidos sobre o saldo de prejuízos fiscais e da base negativa da CSLL, no montante de R\$ 2.880.549, considerando que reúne todas as condições necessárias para o seu reconhecimento, conforme determina o Pronunciamento Técnico CPC 32 – Tributos sobre o Lucro (IAS 12).

PIS e COFINS a recuperar (Circulante)

Referem-se, basicamente, às retenções nas notas fiscais emitidas para os clientes – Órgãos públicos e privados.

PIS a recuperar (Não circulante)

O valor referente ao PIS a recuperar é decorrente do êxito obtido em processo judicial transitado em julgado referente à cobrança indevida desse tributo, entre os exercícios de 1989 e 1995.

7. TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER

Títulos e créditos a receber	2021	2020
Adiantamentos a fornecedores	31.024.483	18.254.795
Dividendos a receber	916.767	842.223
Outros	287.965	928.561
Total	32.229.215	20.025.579
Circulante	32.224.279	19.294.548
Não circulante	4.936	731.031

8. DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

Referem-se a depósitos para assegurar discussões judiciais de tributos e contribuições sociais, bem como de reclamações trabalhistas e cíveis, como segue:

Depósitos Judiciais e Fiscais	2021	2020
Cível e defesa do consumidor	2.081.871	2.816.090
Ações trabalhistas	1.131.295	1.220.415
Tributárias	1.078.688	1.078.688
	4.291.854	5.115.193

9. IMOBILIZADO

	2021		2020	
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Edificações	13.560.000	(2.260.576)	11.299.424	11.546.416
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3.685.745	(3.685.417)	328	772
Equipamentos	4.533.297	(2.819.888)	1.713.409	1.000.360
Móveis e utensílios	4.540.130	(3.377.954)	1.162.176	245.507
Equipamentos de informática	2.984.627	(2.678.412)	306.215	369.149
Instalações	317.173	(312.220)	4.953	2.868
Veículos	94.021	(94.021)	-	-
Outras immobilizações	67.300	-	67.300	67.300
	29.782.293	(15.228.488)	14.553.805	13.232.372

Movimentação do imobilizado durante os exercícios de 2021 e 2020:

	Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2021
Móveis e utensílios	3.450.192	25.698	-	3.475.890	1.064.240	-	4.540.130
Equipamentos	3.498.884	122.098	(2.559)	3.618.423	914.874	-	4.533.297
Instalações	317.173	-	-	317.173	-	-	317.173
Equipamentos de informática	2.803.532	85.738	-	2.889.270	95.357	-	2.984.627
Veículos	94.021	-	-	94.021	-	-	94.021
Outras imobilizações	67.300	-	-	67.300	-	-	67.300
Edificações	13.560.000	-	-	13.560.000	-	-	13.560.000
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3.685.745	-	-	3.685.745	-	-	3.685.745
Total do custo	27.476.847	233.534	(2.559)	27.707.822	2.074.471	-	29.782.293
Móveis e utensílios	(3.163.234)	(67.149)	-	(3.230.383)	(147.571)	-	(3.377.954)
Equipamentos	(2.456.386)	(162.850)	1.173	(2.618.063)	(201.825)	-	(2.819.888)
Instalações	(313.679)	(626)	-	(314.305)	(648)	2.733	(312.220)
Equipamentos de informática	(2.361.870)	(158.251)	-	(2.520.121)	(158.291)	-	(2.678.412)
Veículos	(94.021)	-	-	(94.021)	-	-	(94.021)
Edificações	(1.766.592)	(246.992)	-	(2.013.584)	(246.992)	-	(2.260.576)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(3.622.087)	(62.886)	-	(3.684.973)	(444)	-	(3.685.417)
Total da depreciação	(13.777.869)	(698.754)	1.173	(14.475.450)	(755.771)	2.733	(15.228.488)
Total do imobilizado	13.698.978	(465.220)	(1.386)	13.232.372	1.318.700	2.733	14.553.805

A depreciação contabilizada no exercício montou a R\$ 755.771 (em 2020, R\$ 698.754) sendo apropriada às despesas operacionais.

Valor recuperável do ativo imobilizado

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01- Redução ao Valor Recuperável de Ativos as empresas devem efetuar análises periódicas para verificar o grau de recuperação dos ativos não financeiros. A Administração da Companhia entende que não há necessidade de constituição de provisão com perdas do valor recuperável “impairment” dos bens integrantes do ativo imobilizado.

10. INTANGÍVEL

	2021			2020
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Marcas e patentes	103.495	-	103.495	103.495
Softwares	1.857.300	(1.663.753)	193.547	219.848
Outros	225	-	225	225
Total do intangível	1.961.020	(1.663.753)	297.267	323.568

Movimentação do intangível durante os exercícios de 2021 e 2020:

Contas	Saldo em 31/12/2019	Adições	Saldo em 31/12/2020	Adições	Saldo em 31/12/2021
Custo					
Marcas e patentes	101.583	1.912	103.495	-	103.495
Software	1.747.662	50.155	1.797.817	59.483	1.857.300
Outros	225	-	225	-	225
Total	1.849.470	52.067	1.901.537	59.483	1.961.020
Amortização					
Software	(1.467.396)	(110.573)	(1.577.969)	(85.784)	(1.663.753)
Total	(1.467.396)	(110.573)	(1.577.969)	(85.784)	(1.663.753)
Total geral	382.074	(58.506)	323.568	(26.301)	297.267

Em atendimento à Deliberação CVM nº 553 e o CPC 04 – Ativo Intangível, os gastos com o desenvolvimento ou aquisição de softwares e marcas e patentes, foram transferidos do ativo imobilizado para o ativo intangível. A amortização do exercício montou a R\$ 85.784 (em 2020, R\$ 110.573), sendo apropriadas às despesas operacionais.

11. PROVISÕES TÉCNICAS'

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Provisão de eventos – SUS (1) ...	6.016.218	5.964.424
Prestadores rede contratada (2) ...	1.445.088	2.019.568
Provisão para eventos ocorridos e não avisados (3) ...	10.880.743	8.332.166
Provisão para remissão (4)...	309.450	364.559
Provisão para contraprestações não ganhas (5) ...	2.147.705	363.307
Total	<u>20.799.204</u>	<u>17.044.024</u>
Circulante	<u>18.058.354</u>	<u>15.237.815</u>
Não circulante	<u>2.740.850</u>	<u>1.806.209</u>

- 1) Eventos referentes a ressarcimentos de despesas médicas ao SUS;
- 2) Provisão para garantia de eventos já ocorridos, registrados contabilmente e ainda não pagos, cujo registro contábil é realizado pelo valor integral informado pelo prestador ou beneficiário no momento da apresentação da cobrança;
- 3) Provisão para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido avisados, constituída com base em método definido pela RN 209/09, e alterações, a qual está registrada integralmente;
- 4) Constituída em virtude de a operadora conceder o benefício da remissão aos seus beneficiários, conforme definido pela RN 393/2015;
- 5) Provisão constituída para fazer frente à cobertura dos eventos/sinistros a ocorrer, e revertida mensalmente com relação ao risco decorrido, para registrar a receita de prêmio ou contraprestação ganha, de acordo com o regime de competência contábil.

O valor da Provisão para Eventos Ocorridos e não Avisados – PEONA, constituída em 31 de dezembro de 2021, era de R\$ 10.880.743 (em 2020, R\$ 8.332.166).

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A PAGAR

<u>Instituição</u>	<u>Taxa média de juros e atualizações</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Conta garantida – Caixa Econômica Federal	CDI Cetip + 0,30% de sobrepreço	3.878.883	7.221.177
Capital de giro – Banco ABC Brasil	0,2628% a.m. + 100% CDI	6.000.000	-
Capital de giro – Banco Daycoval		974.815	-
Limite especial – Banco do Brasil	-	(171.255)	32.859
Limite especial – Banco Safra	-	-	1.782
Capital de giro – Banco Bradesco	0,54% a.m. e 1,34% a.m.	721.562	345.321
Limite especial – Banco Santander	0,57% a.m. + 100% CDI	-	1.230
Total		<u>11.404.005</u>	<u>7.602.369</u>
Circulante		<u>9.874.010</u>	<u>3.908.202</u>
Não circulante		<u>1.529.995</u>	<u>3.694.167</u>

13. TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Encargos sociais e trabalhistas		
INSS	1.194.393	989.735
INSS retido de terceiros	381.929	357.721
FGTS	93.806	66.853
Outros	17.940	13.303
	<u>1.688.068</u>	<u>1.427.612</u>
Tributos a recolher		
ISS	11.659.942	11.248.011
PIS/COFINS/CSLL retido	2.237.495	585.417
COFINS	1.463.504	297.283
IRRF sobre terceiros	966.772	341.999
PIS	462.933	347.858
	<u>16.790.646</u>	<u>12.820.568</u>
Parcelamentos		
PRT - Programa de regularização tributária (Previdenciário)	396.028	594.042
PRT - Programa de regularização tributária	615.244	869.828
INSS – parcelamento	539.158	1.638.881
REFIS da Copa – Demais débitos	1.294.152	1.484.862
REFIS da Copa - Previdenciário	451.297	517.804
ISS – parcelamento	-	886.178
	<u>3.295.879</u>	<u>5.991.595</u>
Total	<u>21.774.593</u>	<u>20.239.775</u>
Circulante	<u>11.291.520</u>	<u>8.815.140</u>
Não Circulante	<u>10.483.073</u>	<u>11.424.635</u>

PRT – Programa de regularização tributária

No exercício de 2017, a companhia protocolou, junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, termo de opção pelo Programa de regularização tributária – PRT, instituído pela Medida Provisória nº 766/2017.

O PRT é o benefício previsto no artigo 3º da Medida Provisória nº 766, de 04 de janeiro de 2017, e regulado pela Portaria PGFN nº 152, de 02 de fevereiro de 2017, que tem por objeto a quitação de débitos da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) inscritos em Dívida Ativa da União até a data de adesão ao programa, de natureza tributária ou não tributária, vencidos até 30 de novembro de 2016. Trata-se de forma de parcelamento para fins de regularização de débitos junto à PGFN. Os contribuintes podem efetuar pagamento da dívida consolidada em até 120 (cento e vinte) parcelas mensais e sucessivas, calculadas observando-se os percentuais mínimos previstos na MP 766/2017.

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo devedor consolidado era composto da seguinte forma:

<u>Processos</u>	<u>Quantidade de parcelas a pagar</u>	<u>Valor – R\$ Curto prazo</u>	<u>Valor – R\$ Longo prazo</u>	<u>Valor – R\$ Total</u>
PRT - Débitos Previdenciários	28	169.726	226.302	396.028
PRT - Demais Débitos RFB	29	275.799	339.445	615.244

INSS parcelamento

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo devedor era composto da seguinte forma:

Processos	Quantidade de parcelas a pagar	Valor – R\$ Curto prazo	Valor – R\$ Longo prazo	Valor – R\$ Total
617945462	27 a 44	539.158	808.954	1.348.112

REFIS da Copa

No exercício de 2014, a Companhia protocolou, junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, termo de opção pelo Parcelamento Refis da Copa, instituído pela Lei nº 12.996/2014.

O Refis da Copa destina-se a promover a regularização de créditos com a União, decorrentes de débitos de pessoas físicas e jurídicas, relativos a impostos e contribuições, administrados pela Secretaria da Receita Federal, Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e pelo Instituto Nacional do Seguro Social, em razão de débitos vencidos até 31 de dezembro de 2013, inclusive aqueles decorrentes de saldos remanescentes dos débitos consolidados no Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, no Parcelamento Especial – PAES, no Parcelamento Excepcional – PAEX, no REFIS da Crise – Lei 11.941/2009 ou nos parcelamentos ordinários.

Até o dia 1º de dezembro de 2014, os contribuintes poderiam pagar ou parcelar em até 180 meses seus débitos tributários, conforme estabelecido na Lei, com os descontos e prazos especiais previstos no art. 1º da Lei 11.941/2009.

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo devedor era composto da seguinte forma:

Processos	Quantidade de parcelas a pagar	Valor – R\$ Curto prazo	Valor – R\$ Longo prazo	Valor – R\$ Total
DARF 4750	85	163.519	1.130.633	1.294.152
DARF 4720	85	57.006	394.291	451.297

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital integralizado em 2021 e 2020 é composto de 52.936.917 ações, no valor nominal de R\$ 1,00 cada.

Acionista	Quantidade	Valor – R\$
S F 288 Participações Societárias S/A	52.901.710	52.901.710
Outros	35.207	35.207
Total	52.936.917	52.936.917

b) Dividendos

A Administração da Companhia não distribuiu dividendos nos exercícios de 2021 e 2020.

15. EVENTOS INDENIZÁVEIS LÍQUIDOS

Tipo de cobertura	2021	2020
Cobertura assistencial com preços pré-estabelecidos – Carteira de planos individuais / familiares antes da Lei nº 9.656/1998	3.784.017	3.227.090
Cobertura assistencial com preços pré-estabelecidos – Carteira de planos coletivos empresariais antes da Lei nº 9.656/1998	3.884.469	3.212.775
Cobertura assistencial com preços pré-estabelecidos – Carteira de planos coletivos empresariais após a Lei nº 9.656/1998	246.200.695	238.642.333
Cobertura assistencial com preço pré-estabelecido–plano individual/familiar (individual regulamentado) após a Lei nº 9.656/1998.	50.818.631	21.990.362
Outros	1.876.267	1.423.567
Total	306.564.079	268.496.127

A distribuição dos saldos do quadro auxiliar de Eventos Médico Hospitalares - Assistência Médico-Hospitalar do Documento de Informações Periódicas – DIOPS do 4º trimestre de 2021 e 2020 está em conformidade com Ofício Circular DIOPE nº 01, de 01/11/2013, referente aos planos individuais firmados posteriormente à Lei nº 9.656/1998, com cobertura médico-hospitalar e modalidade de preço pré-estabelecido.

Cobertura assistencial com preço pré-estabelecido - Carteira de Planos Individuais / Familiares antes da Lei nº 9.656/1998.

Exercício de 2021

	Consulta				Outros	
	Médica	Exames	Terapias	Internações	Atendimentos	Total
Rede própria	1.488.800	114.671	141.251	831.984	574.585	3.151.291
Rede contratada	37.967	66.302	3.041	489.658	35.758	632.726
Total	1.526.767	180.973	144.292	1.321.642	610.343	3.784.017

Exercício de 2020

	Consulta				Outros	
	Médica	Exames	Terapias	Internações	Atendimentos	Total
Rede própria	852.444	174.853	114.609	516.084	840.202	2.498.192
Rede contratada	39.278	161.224	9.780	495.566	23.050	728.898
Total	891.722	336.077	124.389	1.011.650	863.252	3.277.090

Cobertura assistencial com preço pré-estabelecido – Planos coletivos empresariais antes da Lei nº 9.656/1998.

Exercício de 2021

	Consulta Médica	Exames	Terapias	Internações	Outros Atendimentos	Total
Rede própria	12.508	86.345	26.519	1.825.001	1.186.906	3.132.279
Rede contratada	50.427	180.852	29.107	397.475	77.914	735.775
Reembolso	4.320	525	2.705	8.865	-	16.415
Total	67.255	267.722	58.331	2.231.341	1.259.820	3.884.469

Exercício de 2020

	Consulta Médica	Exames	Terapias	Internações	Outros Atendimentos	Total
Rede própria	26.469	114.649	9.938	1.192.442	916.476	2.259.974
Rede contratada	80.383	204.985	112.910	394.859	134.187	927.324
Reembolso	4.213	3.420	-	17.844	-	25.477
Total	111.065	323.054	122.848	1.605.145	1.050.663	3.212.775

Cobertura assistencial com preço pré-estabelecido – planos coletivos empresariais após a Lei nº 9.656/1998.

Exercício de 2021

	Consulta Médica	Exames	Terapias	Internações	Outros Atendimentos	Total
Rede própria	853.887	2.504.790	12.658	22.359.103	8.310.215	34.040.653
Rede contratada	1.512.161	3.579.448	2.511.779	6.983.743	2.133.378	16.720.509
Reembolso	9.350	-	21.726	-	26.393	57.469
Total	2.375.398	6.084.238	2.546.163	29.342.846	10.469.986	50.818.631

Exercício de 2020

	Consulta Médica	Exames	Terapias	Internações	Outros Atendimentos	Total
Rede própria	709.955	1.228.871	3.938	8.283.565	4.897.579	15.123.908
Rede contratada	892.160	1.209.224	227.913	3.752.921	775.408	6.857.626
Reembolso	4.584	3.905	-	-	339	8.828
Total	1.606.699	2.442.000	231.851	12.036.486	5.673.326	21.990.362

Cobertura assistencial com preço pré-estabelecido–plano individual/familiar (individual regulamentado) após a Lei nº 9.656/1998.

Exercício de 2021

	Consulta		Terapias	Internações	Outros	
	Médica	Exames			Atendimentos	Total
Rede própria	4.082.155	9.447.007	568.049	52.343.777	41.059.317	107.500.305
Rede contratada	8.084.753	26.945.439	6.419.800	75.801.695	19.460.670	136.712.357
Reembolso	581.749	369.134	383.337	304.836	348.977	1.988.033
Total	12.748.657	36.761.580	7.371.186	128.450.308	60.868.964	246.200.695

Exercício de 2020

	Consulta		Terapias	Internações	Outros	
	Médica	Exames			Atendimentos	Total
Rede própria	579.131	11.751.202	656.971	63.521.162	48.988.511	125.496.977
Rede contratada	9.262.395	22.981.316	3.577.547	55.555.635	20.562.727	111.939.620
Reembolso	383.165	296.877	201.704	63.438	260.552	1.205.736
Total	10.224.691	35.029.395	4.436.222	119.140.235	69.811.790	238.642.333

16. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2021	2020
Pessoal	(22.350.170)	(18.743.641)
Material auxiliar médico	(52.748.488)	(19.082.189)
Serviços de terceiros (1)...	(29.849.863)	(33.622.541)
Localização e funcionamento (2)...	(5.942.964)	(5.027.775)
Outros materiais	(3.103.530)	(9.465.424)
Depreciação e Amortização...	(839.396)	(807.113)
Propaganda e Publicidade...	(661.174)	(1.970.400)
Tributos (3)...	(2.034.163)	(2.335.305)
Outras...	(10.358.507)	(5.849.539)
Total	(127.888.255)	(96.903.927)

- 1) Serviços advocatícios e de consultoria, entre outros.
- 2) Utilização e manutenção das instalações da Companhia, como luz, água, serviços de manutenção, segurança etc.
- 3) Impostos e contribuições, exceto aqueles diretamente calculados sobre o faturamento.

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados com base no resultado contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal vigente.

	31/12/2021	
	IRPJ	CSLL
Prejuízo líquido antes do IRPJ e da CSLL	(8.619.828)	(8.619.828)
(+) Adições à base de cálculo		
Brindes	19.118	19.118
Donativos	-	-
Contribuição social	15.640	15.640
Multas indedutíveis	184	184
Outras adições (gratificações)	112.684	112.684
(-) Exclusões a base de cálculo		
Equivalência patrimonial	-	-
(=) Resultado antes da compensação de prejuízos fiscais	(8.472.202)	(8.472.202)
(-) Compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa	-	-
(=) Resultado após a compensação de prejuízos fiscais	(8.472.202)	(8.472.202)
Alíquota oficial do tributo	15%	9%
Adicional	10%	0%
(-) Incentivo fiscal – PAT	-	-
(=) Tributo apurado	(2.118.050)	(762.498)

	31/12/2020	
	IRPJ	CSLL
Lucro líquido antes do IRPJ e da CSLL	7.836.219	7.836.219
(+) Adições à base de cálculo		
Brindes	29.901	29.901
Donativos	25.400	25.400
Contribuição social	790.406	790.406
Outras adições (gratificações)	100.365	100.365
(-) Exclusões a base de cálculo		
Equivalência patrimonial	-	-
(=) Lucro real antes da compensação de prejuízos fiscais	8.782.291	8.782.291
(-) Compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa	-	-
(=) Lucro real após a compensação de prejuízos fiscais	8.782.291	8.782.291
Alíquota oficial do tributo	15%	9%
Adicional	10%	0%
(-) Incentivo fiscal – PAT	(52.694)	-
(=) Tributo apurado	2.118.879	790.406

18. RESULTADO DO EXERCÍCIO E DESTINAÇÕES

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentou prejuízo líquido de R\$ 5.739.280 (em 2020, lucro líquido de R\$ 5.717.340). A Companhia não destinou valores para constituição de reserva legal (em 2020, destinou R\$ 285.867) e também não destinou valores para a reserva de lucros a realizar (em 2020, destinou R\$ 5.431.473).

19. POLÍTICAS DE SEGUROS

A Companhia adota política de manutenção de seguros dos seus bens em níveis adequados para os riscos envolvidos e não mantém seguro de responsabilidade civil.

20. CONTINGÊNCIAS

Os registros contábeis e as operações da Companhia estão sujeitos ao exame pelas autoridades fiscais e a eventuais notificações para recolhimentos adicionais de impostos, taxas e contribuições, durante os prazos prescricionais variáveis, consoante a legislação específica aplicável.

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados contabilmente, com o objetivo de administrar a disponibilidade de suas operações e suprir as necessidades de caixa. Os valores contábeis dos instrumentos financeiros da Companhia se aproximam dos seus valores justos. A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos, ou outros instrumentos especulativos nos exercícios de 2021 e 2020.

22. EFEITO DO CORONAVÍRUS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em dezembro de 2019, a Organização Mundial de Saúde (OMS) emitiu o primeiro alerta sobre uma nova doença na cidade chinesa de Wuhan. Em janeiro de 2020 foi anunciado que esta doença é denominada Coronavírus (COVID19), sendo comprovada a transmissão entre pessoas fora da China, atingido diversos países como EUA, Itália, Coreia do Sul, Irã, Turquia, Rússia e Austrália. Em fevereiro de 2020 foram confirmados casos no Brasil.

A administração diante da pandemia do novo coronavírus - COVID-19, tem adotado medidas para minimizar os impactos que possam surgir aos seus colaboradores, clientes, fornecedores e, conseqüentemente, sua operação. A Companhia mantém suas atividades operacionais, observando os protocolos do Ministério da Saúde e das demais Autoridades Governamentais

A Administração continua monitorando os desdobramentos recorrentes da pandemia, atuando de forma tempestiva para mitigar os seus efeitos de qualquer natureza, uma vez que não é possível mensurar com precisão os eventuais impactos econômico-financeiros futuros decorrentes da pandemia causada pelo novo coronavírus. Até a data de emissão destas Demonstrações Contábeis, a Administração não identificou indícios de fatos que possam alterar significativamente as avaliações realizadas ou indicar que a Companhia poderá comprometer a capacidade de manter a sua continuidade operacional, tampouco às suas estimativas e julgamentos contábeis.

23. FATO RELEVANTE

Em 29 de dezembro de 2020, foi assinado Contrato de Compra e Venda e de Subscrição de Ações e outras avenças, para aquisição de 100% das ações pertencentes ao bloco de controle da companhia. Essa operação foi aprovada pelos órgãos reguladores e a sua conclusão está prevista para o dia 01 de abril de 2022
